

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**PROCESSO TCE** Nº 128.606  
**ENTIDADE:** Câmara Municipal de Jordão  
**NATUREZA:** Prestação de Contas  
**OBJETO:** Prestação de Contas Anual Referente ao Exercício 2017.  
**RESPONSÁVEL:** Meire Maria Sergio de Menezes Silva  
**PROCURADOR:** Paulo Luiz Pedrazza – OAB/AC nº 1.917  
**RELATOR:** Cons. Antonio Jorge Malheiro

## ACÓRDÃO Nº. 12.137/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO, EXERCÍCIO DE 2017. CONTAS IRREGULARES. MULTA. NOTIFICAÇÃO ATUAL GESTOR E DO INTERESSADO.**

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1.420ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** Por julgar **IRREGULAR**, nos termos do artigo 51, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar Estadual nº 38/93 a Prestação de Contas da Câmara Municipal Jordão, do exercício de 2017, sob responsabilidade da Sra. **Meire Maria Sergio de Menezes**, em razão das seguintes inconformidades: **1.1)** Infringência ao artigo 29-A, inciso I da Constituição Federal, por ter atingido o percentual de **8,29%** do total da receita tributária e das transferências voluntárias, ou seja, **1,29%** acima do limite máximo; **1.2)** Inconsistência contábil no Balanço Financeiro, quanto a apresentação inadequada do saldo financeiro que se transfere para o exercício seguinte, em descumprimento aos artigos 85 e 103 da Lei Federal nº 4.320/64; divergências no Balanço Patrimonial, quanto a não confirmação dos bens registrados, infringindo aos arts. 85 e 105 da Lei Federal nº 4.320/64 e, ainda, a não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício, em descumprimento ao § 6º, art. 33 da Lei nº 8.212/1991 c/c art.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

15 da Lei nº 8.036/1990; **1.3)** Aquisição de material de consumo, no valor de **R\$ 22.108,01** (vinte e dois mil cento e oito reais e um centavos), e realização de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, no valor de **R\$ 162.846,95** (cento e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e **R\$ 21.747,97** (vinte e um mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos), respectivamente, sem o devido procedimento licitatório ou justificativa de dispensa e/ou inexigibilidade, em descumprimento aos artigos 37, XXI, da Constituição Federal e 2º, da Lei nº 8.666/93; **1.4)** Descumprimento a Resolução TCE/AC nº 97/2015, que dispõe sobre o **cadastro** eletrônico dos Processos Licitatórios, **Dispensas** e Inexigibilidade, Adesão à Ata de Registro de Preços e **Contratos** no Portal de Licitações deste Tribunal – LICON, visto o não envio dos processos a esta Corte de Contas durante o exercício de 2017; **1.5)** Não envio dos documentos exigidos no Anexo V da 4ª edição do Manual de Referência da Resolução TCE/AC nº. 87/2013 (Item IV - Atualização do inventário analítico de bens móveis e imóveis e relação de máquinas e veículos considerando as aquisições e baixas ocorridas no exercício findo, nos termos dos arts. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64; Item XII – Relatório de movimentação do almoxarifado, apresentando o saldo inicial, entradas e saídas e saldo final do exercício findo; e Item XIV - Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos); **2)** Pela aplicação de **multa** a Sra. **Meire Maria Sergio de Menezes**, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil, duzentos e oitenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das irregularidades e falhas apuradas, em especial pela contratação sem licitação e ausência de clareza na demonstração da aplicação dos recursos adquiridos, descumprimento da Resolução TCE/AC nº 97/2015, infringência ao artigo nº 29-A, inciso I da Constituição Federal e, quanto as impropriedades contábeis nos balanços financeiro e patrimonial apontadas acima; **3) Anexar cópia do Acórdão à Prestação de Contas do Executivo Municipal** daquele exercício para apuração de responsabilidade do Prefeito em face do envio a maior de recursos ao Legislativo, disciplinado no art. artigo nº 29-A, §2º, inciso I da Constituição Federal constituindo crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: Efetuar repasse superior os limites definidos neste artigo (Art. 29-A, I, CF); **4) Pela abertura de Tomada de Contas**

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**Especial** para verificação da regularidade dos contratos efetivados sem processo licitatório; e **5)** Após, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 15 de outubro de 2020.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**  
Relator

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**

Conselheira-Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**PROCESSO TCE** Nº 128.606  
**ENTIDADE:** Câmara Municipal de Jordão  
**NATUREZA:** Prestação de Contas  
**OBJETO:** Prestação de Contas Anual Referente ao Exercício 2017.  
**RESPONSÁVEL:** Meire Maria Sergio de Menezes Silva  
**PROCURADOR:** Paulo Luiz Pedrazza – OAB/AC nº 1.917  
**RELATOR:** Cons. Antonio Jorge Malheiro

## RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Jordão do exercício de 2017, de responsabilidade de sua então Presidente, a Vereadora Meire Maria Sergio de Menezes Silva, e do Contador Marcos Antônio Caldas Lague<sup>1</sup>.

2. Em 05 de abril de 2018<sup>2</sup>, por meio do Ofício EXP/CMT/Nº 35/2018, as contas foram enviadas a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos dos artigos 23, § 1º, da Constituição Estadual e 2º, § 2º, I, b, da Resolução TCE/AC nº. 87, de 28 de novembro de 2013.

3. No **Orçamento Geral** do Município, foi estimado para o Poder Legislativo o recurso na ordem de **R\$ 626.766,93** (seiscentos e vinte e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), consoante a Lei Municipal nº. 001/2017, publicada no DOE nº 12.012 de 15 de março de 2017.

4. No decorrer curso do exercício, o **Orçamento Inicial** foi alterado por meio de abertura de créditos adicionais suplementares, bem como de anulações, o qual foi modificado para **R\$ 679.682,49** (seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos), que corresponde a **8,29%** (oito inteiros e vinte e nove

<sup>1</sup> Já falecido, fl.154.

<sup>2</sup> O prazo de entrega foi estendido até o dia 06 de abril de 2018, conforme Portaria TCE Nº 075/2018 a qual prorrogou os prazos de entrega das remessas de informações, inclusive da prestação de contas anual do exercício de 2017.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

centésimos por cento) do total da receita tributária e das transferências voluntárias, **não** atendendo o disposto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

5. Quanto à **execução da despesa do Poder Legislativo**, cumpre destacar que os maiores gastos se deram em “**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**” (50,51%). Conforme apurado pela área técnica, verificou-se inconsistência do valor recolhido a título de contribuição previdenciária patronal, uma vez que pelos empenhos recolheu-se o montante de R\$ 76.874,14 (setenta e seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e cartoze centavos), quando o correto seria R\$ 84.583,84 (oitenta e quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme §6º, art. 33 da Lei nº 8.212/1991 c/c art. 15 da Lei nº 8.036/1990.

6. Os gastos com folha de pagamento de pessoal atingiram **R\$ 343.336,58** (trezentos e quarenta e três mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos) correspondente a **50,51%** (cinquenta inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) da receita do legislativo, evidenciando que foi atendida a exigência do artigo 29-A, §1º, da CF/88, que limita em até 70% (setenta por cento) as despesas sob a mencionada rubrica.

7. O montante dispendido com a remuneração dos vereadores foi de **R\$ 318.000,00** (trezentos e dezoito mil reais), equivalente a **2,71%** (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) da Receita do Executivo, sendo, portanto, atendido o disposto no art. 29, VII, da Constituição Federal.

8. Ainda na análise da despesa, foi constatados pelos empenhos realizados que foi adquirido material de consumo, no valor de **R\$ 22.108,01** (vinte e dois mil cento e oito reais e um centavos), não tendo sido esclarecido se foi realizada ou não a dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, em desacordo com os artigos 37, XXI, da Constituição Federal e 2º, da Lei nº. 8.666/93, visto que não houve registro de processo no Sistema LICON, até o presente momento<sup>3</sup>.

9. Também houve o pagamento do montante de **R\$ 162.846,95** (cento e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) a pessoas físicas e **R\$ 21.747,97** (vinte e um mil setecentos e quarenta e sete reais e

<sup>3</sup> <http://app.tce.ac.gov.br/auditorCompras/faces/paginas/jurisdicionado/contrato/gerenciador.xhtml>. Acesso em 06.10.2020 às 08h11min.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

noventa e sete centavos) a pessoas jurídicas, não tendo sido esclarecida a realização ou não de licitação, visto que não houve registro de processos no Sistema LICON, quando da análise do feito<sup>4</sup>.

10. Em relação ao **Balanco Financeiro**, foi registrado na conta “saldo em espécie para o exercício seguinte” o valor **R\$ 15.101,00** (quinze mil cento e um reais) que **não** foi comprovado pela ausência dos Extratos Bancários e/ou apresentação dos ajustes contábeis.

11. No tocante ao **Balanco Patrimonial** do exercício demonstra especificamente no subgrupo de imobilizado, a contabilização dos bens móveis no valor de **R\$ 90.704,73** (noventa mil setecentos e quatro reais e setenta e três centavos), não havendo também a comprovação do registro de bens imóveis.

12. Por fim, não foi encaminhado os todos documentos exigidos no Anexo V do Manual de Referência 4ª edição (Resolução TCE/AC nº 87/2013, artigos 1º e 2º); e constatou-se, ainda, a ausência de controle interno (Resolução TCE/AC nº 76/2012).

13. Às fls. 74/95, em sua análise, à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO se manifestou por meio da 2ª Inspeção Geral de Controle Externo – 2ª IGCE, considerando irregulares as contas apresentadas pela Câmara Municipal de Jordão.

14. Devidamente citada às fls. 100/101, a Gestora apresentou, tempestivamente, defesa às fls. 107/118.

15. O MPC, através do seu ilustre Procurador, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se à fl. 173.

### **É o Relatório.**

Rio Branco-AC, 15 de outubro de 2020.

**Conselheiro Antonio Jorge Malheiro**  
Relator

<sup>4</sup> <http://app.tce.ac.gov.br/auditorCompras/faces/paginas/jurisdicionado/contrato/gerenciador.xhtml>. Acesso em 06.10.2020 às 08h11min.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**PROCESSO TCE** Nº 128.606  
**ENTIDADE:** Câmara Municipal de Jordão  
**NATUREZA:** Prestação de Contas  
**OBJETO:** Prestação de Contas Anual Referente ao Exercício 2017.  
**RESPONSÁVEL:** Meire Maria Sergio de Menezes Silva  
**PROCURADOR:** Paulo Luiz Pedrazza – OAB/AC nº 1.917  
**RELATOR:** Cons. Antonio Jorge Malheiro

## **CONCLUSÃO E VOTO**

Em face dos dados apresentados nos autos, e considerando que as falhas e/ou irregularidades apontadas durante a instrução não foram sanadas pela gestora à época, Sra. **Meire Maria Sergio de Menezes Silva**, **VOTO** pela:

1. Emissão de **Acórdão** julgando **IRREGULAR** a Prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade de sua então Presidente, a Vereadora **Meire Maria Sergio de Menezes**, nos termos do artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão de:

**1.1.** Infringência ao artigo 29-A, inciso I da Constituição Federal, por ter atingido o percentual de **8,29%** do total da receita tributária e das transferências voluntárias, ou seja, **1,29%** acima do limite máximo;

**1.2.** Inconsistência contábil no Balanço Financeiro, quanto a apresentação inadequada do saldo financeiro que se transfere para o exercício seguinte, em descumprimento aos artigos 85 e 103 da Lei Federal nº 4.320/64; divergências no Balanço Patrimonial, quanto a não confirmação dos bens registrados, infringindo aos arts. 85 e 105 da Lei Federal nº 4.320/64 e, ainda, a não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício, em descumprimento ao § 6º, art. 33 da Lei nº 8.212/1991 c/c art. 15 da Lei nº 8.036/1990;



**1.3.** Aquisição de material de consumo, no valor de **R\$ 22.108,01** (vinte e dois mil cento e oito reais e um centavos), e realização de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, no valor de **R\$ 162.846,95** (cento e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e **R\$ 21.747,97** (vinte e um mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos), respectivamente, sem o devido procedimento licitatório ou justificativa de dispensa e/ou inexigibilidade, em descumprimento aos artigos 37, XXI, da Constituição Federal e 2º, da Lei nº 8.666/93;

**1.4.** Descumprimento a Resolução TCE/AC nº 97/2015, que dispõe sobre o **cadastro** eletrônico dos Processos Licitatórios, **Dispensas** e Inexigibilidade, Adesão à Ata de Registro de Preços e **Contratos** no Portal de Licitações deste Tribunal – LICON, visto o não envio dos processos a esta Corte de Contas durante o exercício de 2017;

**1.5.** Não envio dos documentos exigidos no Anexo V da 4ª edição do Manual de Referência da Resolução TCE/AC nº. 87/2013 (Item IV - Atualização do inventário analítico de bens móveis e imóveis e relação de máquinas e veículos considerando as aquisições e baixas ocorridas no exercício findo, nos termos dos arts. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64; Item XII – Relatório de movimentação do almoxarifado, apresentando **o saldo inicial, entradas e saídas e saldo final** do exercício findo; e Item XIV - Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos);

**2.** Pela aplicação de **multa** a Sra. **Meire Maria Sergio de Menezes**, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil, duzentos e oitenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das irregularidades e falhas apuradas, em especial pela contratação sem licitação e ausência de clareza na demonstração da aplicação dos recursos adquiridos, descumprimento da Resolução TCE/AC nº 97/2015, infringência ao artigo nº 29-A, inciso I da Constituição Federal e,



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

quanto as impropriedades contábeis nos balanços financeiro e patrimonial apontadas acima;

3. Anexar cópia do Acórdão à Prestação de Contas do Executivo Municipal daquele exercício para apuração de responsabilidade do Prefeito em face do envio a maior de recursos ao Legislativo, disciplinado no art. artigo nº 29-A, §2º, inciso I da Constituição Federal constituindo crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: Efetuar repasse superior os limites definidos neste artigo (Art. 29-A, I, CF);

4. Pela abertura de Tomada de Contas Especial para verificação da regularidade dos contratos efetivados sem processo licitatório; e

5. Após, pelo arquivamento dos autos.

**É como Voto.**

Rio Branco-AC, 15 de outubro de 2020.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**  
Relator